



Revista de Cultura da UFPE

Ensaio

Texto de autor convidado. Recebido em: 21 jun. 2021. Aprovado em: 31 jul. 2021.

LIMA, Licínio C. Considerações em torno do ato de estudar Paulo Freire. *Estudos Universitários*: revista de cultura, UFPE/Proexc, Recife, v. 38, n. 1, p. 95-122, jan./jun., 2021.

DOI: 10.51359/2675-7354.2021.251433

ISSN Edição Digital: 2675-7354




Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Considerações em torno do ato de estudar Paulo Freire¹

Considerations around the act of studying Paulo Freire

Licínio C. Lima

Universidade do Minho (UMinho), Portugal
Doutor em Organização e Administração Escolar
E-mail: llima@ie.uminho.pt
 <https://orcid.org/0000-0003-0899-7987>

Resumo

Este artigo replica o título que Paulo Freire atribuiu, em 1968, a um pequeno texto que antecedia um conjunto de recomendações bibliográficas para um seminário: *considerações em torno do ato de estudar*. Partindo dessas considerações, designadamente de carácter epistemológico e metodológico, o presente trabalho procura aplicá-las ao estudo do pensamento e da obra de Freire, usando como recursos as exigências críticas propostas por aquele autor ao longo da sua extensa obra. Chamando a atenção do leitor para várias especificidades da obra freireana, o artigo refere três questões incontornáveis: os contextos e as influências; uma obra feita de obras; e os textos, as intertextualidades e o seu idioleto, concluindo que só o ato de continuar a estudar e a debater Freire, seguindo as suas próprias reflexões sobre o que é estudar, o pode libertar da lei da morte, isto é, do esquecimento.

Palavras-chave: Paulo Freire. Ato de estudar. Questões epistemológicas e metodológicas.

1. Trabalho financiado pelo CIEd - Centro de Investigação em Educação, Instituto de Educação, Universidade do Minho, Braga, Portugal. Projetos UIDB/01661/2020 e UIDP/01661/2020, através de fundos nacionais da FCT/MCTES-PT. Este texto segue a sintaxe do português de Portugal e a ortografia do Acordo Ortográfico de 1990, oficialmente em vigor naquele país.

Abstract

This article replicates the title which Paulo Freire attributed, in 1968, to a short text that preceded a set of bibliographical recommendations for a seminar: *considerações em torno do ato de estudar* (considerations around the act of studying). Based on these considerations, namely of an epistemological and methodological nature, the present work seeks to apply them to the study of Freire's thought and work, using as resources the critical demands proposed by the author throughout his extensive work. Drawing the reader's attention to several specificities of Freire's work, the article refers to three unavoidable issues: the contexts and influences; a work made of works; the texts, the intertextualities and his idiolect, concluding that only the act of studying and debating Freire, following his own reflections on what it means to study, can free him from the law of death, that is, from oblivion.

Keywords: Paulo Freire. Act of studying. Epistemological and methodological issues.

Introdução

Paulo Freire nasceu em Recife, no Brasil, a 19 de setembro de 1921. Comemoramos, por todo o mundo, o centenário do seu nascimento, através de múltiplas realizações, embora com destaque para a publicação de trabalhos académicos sobre a sua obra em livros e revistas especializadas. Uma obra por muitos considerada como a mais destacada do pensamento educacional da segunda metade do século XX e que continua a ser estudada internacionalmente. Por essa via Freire vive, as suas ideias permanecem atuais também pela ação das nossas leituras críticas, dos nossos eventuais encontros e desencontros com a sua vasta obra. É a melhor forma de o homenagear e a mais coerente com a sua concepção do “ato

de estudar”. Para quem se destacou como um pedagogo crítico e como um filósofo político da educação, é compreensível que as suas contribuições não possam granjear adesão ou concordância generalizadas, nem tal objetivo seria desejável . Nem sequer para ser considerado um autor clássico da história da pedagogia.

Para quem se destacou como
um pedagogo crítico e como um
filósofo político da educação,
é compreensível que as suas
contribuições não possam
granjear adesão ou concordância
generalizadas, nem tal objetivo seria
desejável

São por isso de evitar duas posições antagónicas que se têm manifestado desde a sua morte, em 1997 (LIMA, 2018). A dos seguidores mais rigoristas e indefectíveis, exegetas considerados autorizados, adeptos incondicionais e fervorosos. E também, ao invés, a daqueles que se limitam a críticas *ad hominem*, puramente ideológicas, sem argumentação sólida e racional, e, por vezes, sem conhecimento direto e aprofundado das fontes primárias e dos debates e controvérsias em curso. Ambos os grupos, por razões distintas, adotam uma posição hiperbólica quanto às propriedades inerentes à obra do autor: os primeiros exagerando as suas dimensões salvíficas e tendendo a reduzir drasticamente a complexidade, tal como as possíveis evoluções e contradições de um autor, à univocidade de um receituário que garantiria o sucesso do curso da ação educativa; os segundos diabolizando a obra como origem

de todos os males, apontando para pretensas imputações empíricas e para nexos de causalidade que demonstrariam os malefícios da sua adoção, como se as ideias do autor já tivessem sido historicamente atualizadas, fossem imediatamente e singularmente operacionalizáveis em termos de políticas educacionais, de planos de ação pedagógica e de injunções didatistas e, finalmente, tivessem já produzido resultados passíveis de avaliação e de escrutínio público. Mas existe, pelo menos, um terceiro grupo, formado pelos educadores indiferentes ou relutantes que ignoram a advertência de Carlos Alberto Torres (1998, p. 65): “na confusão do mundo atual, os educadores podem estar com Freire ou contra Freire, mas não sem Freire”. Isso, é claro, a menos que a formação dos educadores não tenha já abdicado de se constituir como educação cultural, ética e política, como formação intelectual que compreenderá as obras clássicas do campo, acadêmico e profissional, da educação e respetivas controvérsias.

O que pode ser recomendado, até para romper com aquelas alternativas anti-intelectualistas, embora de signos opostos, é que o melhor é mesmo estudar seriamente a obra. Teríamos, no caso, um quarto grupo, constituído por interessados em estudar criticamente e de forma aprofundada a obra de Freire, no qual se inscreve este texto. Uma obra que continua a ser mais relevante pela respiração crítica sobre a educação e a sociedade, fundada em teorias e categorias analíticas, do que por eventuais prescrições metodológicas e didatistas, pretensamente intemporais.

Pelo menos a partir da sua obra maior, *Pedagogia do oprimido*, Freire lançou as bases para uma crítica à opressão de todos os tipos, considerando o papel da educação. O seu trabalho resultou numa contribuição incontornável para uma compreensão crítica

da educação e da ação pedagógica, entre outros elementos, ao insistir em que o educador é um decisor que não se pode demitir; ao criticar a *neutralidade insossa* e o estar no mundo *de luvas*, com uma postura *acinzentadamente imparcial*; ao chamar a atenção para a complementaridade entre liberdade e autoridade; ao erigir o diálogo como princípio educativo e ético-político.

Pelo menos a partir da sua obra maior, Pedagogia do oprimido, Freire lançou as bases para uma crítica à opressão de todos os tipos, considerando o papel da educação

As suas críticas à *educação bancária*, às organizações oligárquicas e burocráticas, às lideranças vanguardistas e dirigistas, ao dogmatismo e à propaganda, à *coisificação* das massas, ao *basismo* e ao *elitismo*, enquanto formas de sectarismo, representam alguns dos mais importantes princípios da sua pedagogia. E não continuam, hoje, claras as maiores dificuldades de respiração – em termos metafóricos e também literais – e não apenas face a concepções tecnocráticas de educação, mas também considerando o exercício da violência física, as restrições à liberdade e à democracia, o desastre ambiental a nível planetário, a opressão com seus novos tipos e suas novas modalidades e até mesmo o acesso às vacinas e ao oxigénio por parte dos atuais *esfarrapados do mundo* em contexto de pandemia?

Na comemoração do centenário do nascimento do autor, defende-se aqui que o melhor será estudá-lo, até para evitar a situação paradoxal que frequentemente emerge perante os nossos

olhos e que poderia ser condensada num possível subtítulo para este artigo: do muito mais celebrado ou invectivado, citado ou simplesmente invocado, do que rigorosamente estudado, Paulo Freire.

Replicando um título de 1968, mas não só

Exilado no Chile durante a segunda metade da década de 1960, contexto a partir do qual publicou ou escreveu importantes trabalhos, tais como *Educação como prática da liberdade* (FREIRE, 1967), *Extensão ou comunicação* (FREIRE, 2013) e *Pedagogia do oprimido* (FREIRE, 1999), este último publicado inicialmente em 1970, Freire preparou, em 1968, um pequeno texto que, segundo esclareceu mais tarde, terá servido de introdução a uma lista bibliográfica com propostas de estudo dirigidas aos participantes num seminário sobre educação e reforma agrária. Intitulado *Considerações em torno do ato de estudar*, o texto viria a ser incluído no livro em que coligiu, sob prefácio datado de 1975, já em Genebra, vários trabalhos que escreveu entre 1968 e 1974, sob o título *Ação cultural para a liberdade e outros escritos* (FREIRE, 2001a).

O presente artigo inspira-se, pelo menos parcialmente, naquele texto de 1968, replicando o seu título, agora para refletir sobre algumas questões consideradas cruciais no *ato de estudar* a obra de Paulo Freire.

Em Freire, o estudo, a pesquisa, a compreensão crítica dos problemas e o seu debate e até a orientação de teses, entre outros temas de carácter epistemológico e metodológico, representam tópicos recorrentes ao longo de toda a sua obra. Isso não é surpre-

endente num autor que concedeu centralidade à conscientização, logo a partir do seu primeiro livro, *Educação e atualidade brasileira*, com edição de autor datada de 1959 e só muito mais tarde integralmente publicado (FREIRE, 2001b), tal como à pesquisa participante (FREIRE, 1981) ou ainda, em termos generalizados, à ideia de que homens e mulheres são intelectuais, indagadores, dotados de curiosidade epistemológica, em busca contínua, conscientes da sua incompletude, razão maior, e exigência existencial, de uma “educação permanente” (FREIRE, 1997a, p. 18-20).

A ingenuidade e a passividade são, para Freire, incompatíveis com as exigências do ato de estudar

Nas brevíssimas considerações de 1968, que aqui são retomadas com o estatuto de *leitmotiv*, Freire (2001a) tanto critica o uso de bibliografias demasiado extensas e sem critério, que convidam a recepções prescritivas e a leituras *por alto*, quanto a ideia de que estudar é um ato simples e fácil, mais ou menos de tipo *bancário*, através do qual bastaria que quem estuda se deixasse *invadir* pelo autor estudado, como que *magnetizado*, alienando-se perante a eventual sapiência ou *força mágica* das suas palavras. A ingenuidade e a passividade são, para Freire, incompatíveis com as exigências do ato de estudar. Um ato que é “realmente, um trabalho difícil”, exigindo “uma postura crítica, sistemática”, requerendo “uma disciplina intelectual que não se ganha a não ser praticando-a” (FREIRE, 2001a, p. 10). Estudar não é, portanto, simplesmente uma transação mais ou menos mecânica de conteúdos entre quem, pretensamente, sabe (sujeito) e quem não sabe (objeto). De resto, para Freire (2001a),

a escrita de um texto releva do estudo por parte de quem o escreveu, sendo comum que aqueles que estudam de forma aturada e sistemática um objeto de estudo acabem escrevendo sobre os resultados desse seu estudo. A relação entre estudo e escrita tenderá a ocorrer, também, no processo de estudo, processo que dificilmente poderá ser realizado sem que quem estuda escreva as suas notas, reflexões, dúvidas ou discordâncias, na procura do seu caminho para saber mais.

Ambos, escritor e leitor, estudioso e estudante, se encontram historicamente e socialmente situados, eventualmente em tempos distintos ou por referência a experiências de vida, racionais ideológicos e referenciais axiológicos não necessariamente coincidentes. Estudar a obra de um autor não é reduzi-la a um só livro, ou apenas a um trecho, e muito menos a uma frase, eventualmente transformada em *slogan*, por mais significativos que possam ser para quem estuda, e muito menos àquilo que nos interessa ou que é coincidente com as nossas teses ou os nossos propósitos, descontextualizando autor e obra, truncando o texto, incorrendo nos vícios da sobreinterpretação. Por tudo isso, escreveu o autor:

Estudar seriamente um texto é estudar o estudo de quem, estudando, o escreveu. É perceber o condicionamento histórico-sociológico do conhecimento. É buscar as relações entre o conteúdo em estudo e outras dimensões afins do conhecimento. Estudar é uma forma de reinventar, de recriar, de reescrever – tarefa de sujeito e não de objeto (FREIRE, 2001a, p. 10-11).

É como sujeito do ato de estudar que, de forma crescentemente lúcida, se vai ensaiando “uma atitude de adentramento”, construindo uma “visão global” do texto, após o que delimitações posteriores são possíveis, sem perder o fio condutor da obra, sempre que ocorre um “retorno ao livro” (FREIRE, 2001a). E estudar implica, muitas vezes, a necessidade de retornar a um livro, consolidando ideias, ou corrigindo interpretações precipitadas, ou ainda encontrando novas pistas ou relações inicialmente insuspeitáveis. Afinal, afirma Freire (2001a, p. 11), nada de substancialmente diferente da atitude inquieta, curiosa e crítica que temos face ao mundo, exigindo diálogo com o autor do texto, humildade, não desistência perante as dificuldades. Por isso é tão importante o recurso a instrumentos de trabalho, como dicionários de vários tipos, enciclopédias, etc., que auxiliem quem estuda a superar as dificuldades, sem o que “não adianta passar a página de um livro se sua compreensão não foi alcançada” (FREIRE, 2001a, p. 11). Ora, prossegue Freire (2001a, p. 12-13), “a compreensão de um texto não é algo que se recebe de presente”, exige vontade e esforço, curiosidade e perseverança. Exige uma seriedade intelectual e uma disciplina autoformativa que são incompatíveis com práticas seguidistas e acríticas, tanto quanto com práticas de rejeição *a priori*, sobre-determinadas por preconceitos, por estereótipos que dispensam a leitura direta das fontes primárias e que não consideram a necessidade de um mínimo de empatia por parte do leitor, a compreensão do racional do autor e do seu contexto de produção, a sua formação intelectual, as suas opções, o tempo da escrita e o tempo da recepção dessa escrita (FREIRE, 2001a). Sem essas condições mínimas, como realizar uma interpretação justa e crítica, como compreender com rigor uma obra, como dialogar com ela a partir

dos nossos conhecimentos e interesses sem desvirtuá-la? Mesmo que o resultado final seja a crítica contundente, séria e solidamente argumentada, uma vez que estudar um autor em profundidade e de forma sistemática não significa, de forma alguma, concordar com ele ou subscrever integralmente as suas proposições e conclusões.

A crítica não visa obter a adesão ou a rejeição, genéricas, relativamente a um autor, mas antes a compreensão profunda e a interpretação densa e cuidada das suas obras e do seu pensamento. Estudar, em sentido pleno, é isso mesmo, uma tarefa exigente que nos implica, não um *passeio* sobre o texto, em leitura apressada, ou já sobredeterminada pela doxa, pela moda, por certas autoridades académicas ou outras, ou ainda por fontes secundárias que, frequentemente, nos podem guiar e ajudar a ultrapassar obstáculos, mas que, outras vezes, deixamos que nos imponham uma determinada chave de leitura, a que aderimos por facilidade, ou por falta de alternativa, incluindo o desconhecimento, ou o conhecimento superficial, das fontes primárias. Nada substitui a leitura das fontes primárias e o trabalho aturado sobre essas fontes, um trabalho que, como escreveu o nosso autor, pode ser “penoso”, embora também “prazeroso” (FREIRE, 1997b, p. 76).

A crítica não visa obter a adesão ou a rejeição, genéricas, relativamente a um autor, mas antes a compreensão profunda e a interpretação densa e cuidada das suas obras e do seu pensamento

Com efeito, em *Pedagogia da esperança* o autor insiste na importância da apreensão da *mais profunda significação* de um texto, chegando à sua *intimidade*, exercício difícil, entre outras razões pela presença, expressa ou escondida, da ideologia no texto, tanto quanto da ideologia de quem o lê. E a esse propósito escreve:

Daí a necessidade que tem o leitor ou leitora de uma postura aberta e crítica, radical e não sectária, sem a qual se fecha ao texto e se proíbe de com ele aprender algo porque o texto talvez defenda posições ideológicas antagônicas às do(a) leitor(a). Às vezes, o que é irônico, as posições são apenas diferentes. Em muitos casos nem sequer temos lido a autora ou o autor. Temos lido sobre ela ou ele e, sem a ela ou a ele ir, aceitamos as críticas que lhe são feitas. Assumimo-las como nossas (FREIRE, 1997b, p. 76-77).

Freire reflete sobre aquilo que conhece bem, tantas vezes foi, e continua a ser, alvo de leituras estereotipadas, deturpadas, grosseiramente esquemáticas, agitadas como bandeiras por parte de setores de opinião antagônicos, assim esquecendo “como a leitura, enquanto estudo, é um processo amplo, exigente de tempo, de paciência, de sensibilidade, de método, de rigor, de decisão e de paixão de conhecer” (FREIRE, 1997b, p. 77).

Quando estudar chega até a transcender a leitura de um texto para, como em Freire, “colocar este mundo humano como problema” (FREIRE, 2013, p.74), estaremos então perante o estudo como inquirição e exame das coisas, como interrogação, como educação problematizadora em situação gnosiológica. E aqui se exige a consideração das complexas relações entre estrutura social e agência humana, questão da maior relevância na teoria social e cuja reflexão foi antecipada por Freire dialeticamente:

[...] é a problematização do mundo do trabalho, das obras, dos produtos, das ideias, das convicções, das aspirações, dos mitos, da arte, da ciência, enfim, o mundo da cultura e da história, que, resultando das relações homem-mundo, condiciona os próprios homens, seus criadores (FREIRE, 2013, p. 74).

A questão, que em si mesmo constitui um problema clássico da Sociologia e das suas várias escolas de pensamento, mais tarde celebrizada por Anthony Giddens (2000) através do teorema, também de natureza dialética, da *dualidade da estrutura*, entendendo-a como, simultaneamente, constrangimento e possibilidade da agência, em dependência mútua, está presente nas primeiras obras de Freire, fortemente articulada com as suas opções epistemológicas e ontológicas. Em *Extensão ou comunicação?*, o autor critica tanto o idealismo e os exageros do solipsismo, quanto “o objetivismo a-crítico e mecanicista, grosseiramente materialista” (FREIRE, 2013, p. 65), o qual, “transformando os homens em abstrações, nega-lhes a presença decisiva nas transformações históricas” (FREIRE, 2013, p. 66). Ora, o estudo do problema da transformação social, que é central em toda a obra de Freire, e que quem pretenda estudá-lo não poderá ignorar sem cair no risco da sua incompreensão, irá exigir-lhe aturadas reflexões ontológicas, debatendo os estatutos da realidade social. Em *Pedagogia do oprimido*, não aceitando a negação da subjetividade pelo objetivismo, nem um subjetivismo que implicaria “homens sem mundo”, concluirá: “Nem objetivismo, nem subjetivismo ou psicologismo, mas subjetividade e objetividade em permanente dialecticidade” (FREIRE, 1999, p. 37). E, elaborando a crítica àquela dicotomia, na esteira de Marx, retorna à questão estrutura-agência, a propósito da transformação:

A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na ‘inversão da práxis’, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens (FREIRE, 1999, p. 37).

Entre um voluntarismo exagerado e com aparente capacidade demiúrgica e um fatalismo reprodutor e mecanicista, Freire (1999) rejeita amarras e posições antagônicas paralisantes, e, pelo contrário, expande possibilidades epistemológicas e hermenêuticas, sem o que a educação como prática da liberdade, a pesquisa livre e criativa, a inquietação e a busca de quem estuda, a atitude heurística por parte de mestrandos e doutorandos, serão inviáveis. É o que, entre outros textos, observa na décima sexta carta do seu livro *Cartas a Cristina*, recusando que o papel do orientador seja o de “programar a vida intelectual do orientando, estabelecendo regras sobre o que ele pode e não pode escrever”, impondo a “sua forma de estudar, de analisar, de consultar e citar documentos”, através de “um contexto inibidor da busca, da capacidade de pensar, de argumentar, de perguntar, de criticar, de duvidar, de ir mais além dos esquemas preestabelecidos” (FREIRE, 1994, p. 207-208), como se a dissertação ou a tese fossem suas e não de quem as elabora e as defende. Pelo contrário, tal como defendeu para a educação, Freire (1994) não hesita em propor que o ato de estudar seja assumido como uma prática da liberdade.

Outras considerações

Estudar o pensamento e a obra de Paulo Freire, para além dos referenciais teóricos e epistemológicos acabados de referir, implica considerar, atentamente, não apenas os interesses e os objetivos do sujeito que estuda, mas, igualmente, as características e as opções do autor e da obra em estudo. Sendo isso pertinente no estudo de qualquer autor, entende-se que no caso de Freire existem, pelo menos, três matérias incontornáveis, que seguidamente são enunciadas e brevemente comentadas: os contextos e as influências; uma obra feita de obras; os textos, as intertextualidades e o seu idioleto.

a. Contextos e influências

Na obra de Freire, os contextos de produção e de influência das suas ações e dos seus escritos são radicalmente relevantes e diversos, sendo muito mais do que simples entornos espaço-temporais. Tal diversidade e complexidade, abarcando um período de pelo menos cinco décadas como intelectual e educador ativo, tornam-se muito exigentes em termos de estudo. Não basta conhecer, genericamente, a história do Brasil contemporâneo, especialmente desde inícios da década de 1950, sendo ainda necessário compreender a *atualidade brasileira* sobre a qual o autor escreveu, o contexto político populista do presidente João Goulart e o *otimismo democrático* de Freire (ROMÃO, 2001), os intelectuais brasileiros que o influenciaram em certos momentos, como é o caso de alguns que se reuniram em torno do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), os movimentos católicos progressistas e estudantis, o Movimento

de Cultura Popular no Recife de Miguel Arraes (cf. SOUZA, 1987; BEISIEGEL, 1992; ROSAS, 2001), o golpe de 1964 e o regime autoritário que lhe sucedeu, até à abertura política e ao retorno de Freire ao Brasil. De Angicos e do Programa Nacional de Alfabetização, passando pelas suas intervenções nas antigas colónias africanas portuguesas (cf. FREIRE, 1978), ao MOVA-São Paulo e à assunção de responsabilidades como administrador público na cidade de São Paulo, de que dá conta em *A educação na cidade* (FREIRE, 1991) e que foi estudada por vários autores (cf. O'CADIZ; WONG; TORRES, 1998; LIMA, 2013), situam-se ainda os seus trabalhos e escritos no Chile, bem como a maior parte do exílio, passado na Europa e a partir dela estendendo-se pelo mundo, num momento em que as propostas e os debates sobre a educação permanente eram particularmente intensos.

O mundo de Freire é cada vez menos familiar para os estudantes de hoje, tal como muitas das suas referências intelectuais, de Karl Mannheim a Erich Fromm, de John Dewey a Anísio Teixeira, de Frantz Fanon a Amílcar Cabral, entre tantos outros que demandam leituras extensivas e intensivas que podem tornar-se indispensáveis para uma mais profunda compreensão de Freire ou de certos assuntos sobre os quais refletiu. E isso não só em termos de itinerário intelectual e de influências – que em Freire são muitas e cruzadas, numa tessitura assumidamente miscigenada, embora não eclética –, feita de apropriações criativas e idiossincráticas, de recontextualizações teóricas, de aprofundamentos conceptuais. Bastará pensar, a título de mero exemplo, como a problemática da democracia em Freire é devedora das leituras de Mannheim e de Dewey, e também das recepções de Anísio sobre Dewey, em contexto brasileiro, mas, por outro lado, como Freire, apropriando-

-se crítica e criativamente delas, as ampliará e as transcenderá através de elaborações mais próximas das teorias da democracia dos clássicos, da democracia como participação e, designadamente, da democracia radical.

Não sendo de esperar que o estudante de Freire, sobretudo no início, conheça em amplitude e profundidade as redes de conexões teóricas que marcam profundamente a sua obra, é, porém, desejável que tal esforço seja iniciado de forma metódica e circunscrita à problemática que tem em estudo. Para isso é relevante saber usar fontes secundárias que sinalizam tais conexões, assim desbravando caminhos de interpretação, sinalizando influências e cruzamentos férteis, abrindo pistas que podem ser exploradas. São, em tal contexto, insubstituíveis as biobibliografias e as biografias existentes, especialmente aquelas que não se limitam à cronologia dos eventos considerados marcantes, numa linha mais impressionista, eventualmente panegírica ou de estilo hagiográfico, mas que, pelo contrário, carregam documentos, apresentam interpretações solidamente construídas ou *estados da arte*, discutem influências teóricas, contribuições originais, conceitos centrais (cf. GADOTTI, 1996; FREIRE, 2006; HADADD, 2019).

b. Uma obra de obras

A obra de Freire compreende dezenas de títulos, um elevado número de livros, capítulos, artigos, textos dispersos e escritos vários, alguns dos quais reunidos e publicados postumamente, outros que continuam a circular em formatos diversos, policopiados, xerocopiados, em registo áudio e vídeo, etc. Durante o período do exílio e da proibição da sua obra, aqueles formatos alternativos representaram, por vezes, a única possibilidade de acesso às ideias de Freire no Brasil e noutros países, incluindo o Portugal de Salazar-Caetano, onde a primeira edição de *Pedagogia do oprimido*, que terá ocorrido em 1972, publicada no Porto pelas Edições Afrontamento, foi apreendida pela então Direção dos Serviços de Informação, através do Ofício 56, DGI/S, de 1973, por se tratar de “uma obra de teoria política e experiência de mentalização do povo para uma revolução social” (CORTESÃO, 2018, p. 9). Acresce que as diversas edições, mesmo em língua portuguesa, para além das inúmeras traduções, um pouco por todo o mundo, adotaram diferentes critérios, evidenciando variações, incluindo e excluindo certas partes ou trechos, de que resultou uma obra que está ainda longe de estar acessível com o estatuto de *obra completa*, de ter sido fixada textualmente e objeto de uma edição crítica.

Para além disso, e mais radicalmente, o plural pretende sinalizar o carácter extratextual, já para além de um *corpus* mais ou menos bem definido de textos, mesmo que esse integrasse outras produções como relatórios, cartas, estudos, projetos, comunicações, despachos, etc. Do que realmente se trata é de admitir que a obra de Freire é uma obra feita de obras, não apenas no sentido literário tradicional, de obras escritas, publicadas ou ainda even-

tualmente compreendendo produções inéditas, mas incluindo também outras obras no sentido de realizações historicamente situadas e *lato sensu* documentadas ou documentáveis através de futuras pesquisas, testemunhos, memórias, acesso a arquivos, etc. As obras educativas do educador e professor Paulo Freire, os projetos e as ações, as realizações individuais e coletivas, os atos administrativos praticados enquanto responsável de diversos serviços, comissões, programas, etc., são de óbvia importância para o estudo do pensamento e da ação de Freire. É a obra escrita que, no caso de Freire, testemunha, como em poucos autores, a grande proximidade entre pensamento, ação, reflexão, registo, avaliação e revisão crítica. A tal ponto que alguns dos seus textos principais assumem o caráter de relatório crítico, de esforço de síntese e de teorização retrospectiva, de lições aprendidas com a experiência, de partilha de sucessos e insucessos, de dúvidas e dilemas, de diálogo com os seus críticos, ou até de reação justamente indignada, como sucede com o livro, publicado postumamente, *Pedagogia da indignação* (FREIRE, 2000). Ora em Freire, e de acordo com a perspectiva freiriana da práxis, isso é também, indubitavelmente, obra e parte da obra, em muitos casos já profundamente plasmada nos textos publicados, por iniciativa deliberada do seu autor.

É a obra escrita que, no caso de Freire, testemunha, como em poucos autores, a grande proximidade entre pensamento, ação, reflexão, registo, avaliação e revisão crítica

Desde os primeiros escritos que Freire revela a intenção de registrar de forma reflexiva e crítica, de fixar em texto escrito, de relatar, as suas experiências, como admite logo nas primeiras palavras de agradecimento em *Educação como prática da liberdade* e de forma mais intensa na *nota de esclarecimento* do mesmo livro, na qual registra frontalmente as consequências sofridas em razão dos *fundamentos e dos resultados* do seu *empenho no Brasil*, de que afirma não se arrepender, não obstante a prisão e o exílio. O mesmo é visível em *Extensão ou comunicação?*, tal como nas *primeiras palavras* de *Pedagogia do oprimido*, em páginas que, segundo escreveu, “são o resultado de nossas observações nestes últimos cinco anos de exílio” (FREIRE, 1999, p. 23). Em *Cartas à Guiné-Bissau* isso é particularmente forte, entre vários outros textos. Nesses casos, as relações entre a obra escrita (*stricto sensu*) e a obra educativa (*lato sensu*) são expressamente trabalhadas pelo autor, ainda que para o leitor representem um desafio interpretativo, remetendo-o para contextos históricos e políticos, para lugares e dinâmicas socioeducativas que lhe são distantes ou estranhos, e que por isso exigem a sua atenção e seu estudo aprofundado. Noutros casos, porém, as relações entre o feito e o escrito, mesmo quando igualmente estreitas, são menos imediatas e apresentam menos detalhes, exigindo muito mais esforço por parte do ou da estudante. Entre outros, está nesse caso o livro *A educação na cidade*, que reúne testemunhos sobre os projetos e as ações de Freire como Secretário Municipal da Educação numa das maiores cidades do mundo. Apesar dos dados e reflexões presentes naquela obra e, de forma menos intensa, noutras posteriores, há ainda muita informação relevante a interpor-se entre autor e leitor e a demandar os esforços deste.

c. Textos, intertextualidades, idioleto

Os textos da autoria de Freire apresentam várias dificuldades a quem os estuda, para além do que foi já anteriormente referido. O seu elevado número, o alargado período histórico envolvido, os distintos lugares de produção, a diversidade dos géneros e dos registos (da tese ao artigo académico, da entrevista aos livros falados, do género epistolar ao texto de intervenção), a evolução do pensamento do autor, as influências intelectuais e políticas que vai incorporando nos textos, são, entre outros, aspetos que exigem cuidado e atenção no processo do seu estudo. O autor não caminhou em linha reta, sem atalhos, desvios, retornos, derivações de percurso, ao longo de várias décadas, desde os seus primeiros escritos até às últimas obras. O seu trabalho não é, por isso, meramente cumulativo. Ele muda de posição, afina perspetivas, reelabora e detalha conceitos, retira protagonismo a outros em certas fases da sua obra, incorpora certas críticas e rejeita outras, é permeável a outros autores, escolhe as suas fontes e vai acompanhando o estado da arte, influencia importantes teóricos da pedagogia crítica, designadamente norte-americanos, mas, por sua vez, não deixa de ser influenciado pelo convívio com eles e pelas suas produções teóricas.

O retorno ao Brasil, após o exílio, é marcante na sua obra, tal como fora, embora de forma distinta, a vivência dos primeiros anos fora do seu país. As esperanças de democratização, de uma educação para todos e todas, o engajamento político e cívico, a adesão a causas diversas, a participação ativa não apenas do académico e do especialista, mas também do cidadão em pleno exercício da sua

cidadania democrática, sabendo-se ouvido e respeitado por variados setores políticos, sociais e intelectuais, não poderiam deixar de ter impactos no seu trabalho. Tudo isso se encontra plasmado, de formas explícitas e implícitas, nos seus textos, merecendo o cuidado de quem o estuda e o procura compreender. Por tudo isso, os seus textos são sempre densos, ricos em reflexões e informações, teoricamente sustentados, conceptualmente originais e instigantes, motivadores, cuidadosamente estruturados em termos de argumentação, sob uma escrita estilisticamente elegante, frequentemente poética, o que é difícil não reconhecer mesmo nos casos em que discordamos do autor.

Para o iniciante, os primeiros trabalhos apresentam as dificuldades de um tempo passado e menos conhecido, da construção teórica e da elaboração de conceitos, da remissão para outros autores e obras com quem dialoga. Alguns desses são os mais conhecidos e citados, como é o caso da *Pedagogia do oprimido*, embora saibamos como nem sempre são integralmente e aprofundadamente lidos por muitos quando, pelo contrário, necessitariam de várias leituras. Conscientização, invasão cultural, vanguardismo, inédito viável, desproblematização do futuro, a par das considerações epistemológicas, da ideia de Páscoa e de síntese cultural, entre outras, não são simples nem de senso comum. Ao invés, a simplicidade contrastante de textos como *Pedagogia da autonomia* (FREIRE, 1996), um livro didático apresentado como se fosse, segundo alguns, uma espécie de lista de atributos, isto é, uma lista de *saberes necessários à prática educativa*, em linguagem acessível e, originalmente, em formato de livro de bolso, podem ser inscritos no grupo dos textos verdadeiramente e falsamente, ou enganadamente, simples. São realmente simples à superfície, buscando

públicos alargados e que, em certos casos, poderão vir a ler Freire pela primeira vez. E não há, seguramente, uma ordem única ou canónica para ler os seus livros. Mas aquela simplicidade é enganadora no sentido em que há obras que precisam ser lidas para aceder a níveis mais profundos de compreensão não apenas das linhas, mas também das entrelinhas. Ora quem conheça os textos fundantes, ou que integram o núcleo, ou a matriz do pensamento freiriano, sem deixar de reconhecer a acessibilidade de outros textos posteriores será, ao mesmo tempo, capaz de uma leitura mais elaborada e que reconheça nos últimos um subtexto bem mais sofisticado, a justificação para posições agora apresentadas de forma económica e didaticamente motivadora. E que, para além disso, sempre acrescentam algo de novo ao acervo anterior e às formas de o expressar.

Nessas leituras transversais da obra é que nos deparamos com múltiplas intertextualidades, uma dimensão típica em Freire, seja pela recursividade de temas e conceitos, seja pela sua revisitação e reelaboração no interior da sua obra, ou retomada de temas e problemas, seja igualmente pela apreensão e apropriação criativa, e frequentemente ressignificada, ou mesmo reconceptualizada, de temas e conceitos cuja origem se encontra noutros autores, como é o caso significativo da conscientização, de entre outros. Ninguém cria ou propõe alguma coisa nova a partir do nada, sem reescrever e reinventar, ou seja, sem estudar as obras dos outros que o precederam ou que o acompanharam, aproveitando para tentar divisar mais longe *aos ombros dos gigantes*. Freire fá-lo com maestria e clara originalidade, não separando forma e conteúdo, de tal modo que a sua escrita é singular, o seu estilo é peculiar, as metáforas que constrói são facilmente reconhecíveis por parte de um leitor experimentado, os seus *alongamentos* de outros autores e abordagens

teóricas são um recurso epistémico e não apenas estilístico. Assim construiu um idioleto, ou seja, o seu modo particular, e constante, de usar a língua portuguesa, edificou um campo lexical particular, organizou uma constelação própria de conceitos, teoricamente organizados (ver, a esse respeito, o elevado interesse do *Dicionário Paulo Freire*, organizado por STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2010). Todos esses elementos integram, substantivamente, a obra de Freire e a distinguem, se oferecem à consideração do leitor e requerem a sua melhor atenção, incluindo algum esforço de reconhecimento e de compreensão.

Ninguém cria ou propõe alguma
coisa nova a partir do nada, sem
reescrever e reinventar, ou seja,
sem estudar as obras dos outros
que o precederam ou que o
acompanharam, aproveitando para
tentar divisar mais longe aos ombros
dos gigantes

Nota final

Como se pode concluir, o verdadeiro estudante de Freire é, segundo ele, quem o reescreve e o reinventa (ver, com o título *Reinventando Freire*, os textos organizados por GADOTTI; CARNOY, 2018) e não necessariamente quem o segue de forma reverencial e acrítica. Freire não é um guru a ser seguido ou a ser rejeitado, nem tampouco uma fonte de sabedoria eterna e permanente, pairando acima de quem o estuda e oferecendo soluções universais para os principais problemas com que nos deparamos hoje ou amanhã. Não são as prescrições educacionais nem as injunções técnicas e didáticas, nem mesmo um método, o que Freire tem para nos oferecer, mas antes o debate teórico, a reflexão sobre os problemas da condição humana e da sua educação, os instrumentos conceptuais para a compreensão crítica do mundo que construímos e que é passível de transformação e humanização.

A politicidade inerente ao seu pensamento e à sua obra, que releva da própria politicidade que reconheceu na educação (cf. FREIRE, 1996), não se confunde, em caso algum, com pura normatividade, eventualmente irrestrita e irrefreável, e muito menos com prescrição política e, menos ainda, com qualquer ação de inculcação ideológica e de doutrinação. A sua obra não é um manifesto político, como seguidores precipitados e sectários, bem como adversários sem escrúpulos e sem seriedade intelectual, podem pretender, sob agendas ideológicas diversas. Freire partilha com cada leitor(a) mais dúvidas do que certezas e é mais importante pelas perguntas que formula e pelos problemas que apresenta, do que pelas respostas, mais ou menos convincentes, que muitos se apressam a extrair dos seus textos. É por isso que a obra conti-

nua aberta e com capacidade de mobilização de novos leitores, a exigir estudo e debate contínuo, questionamento, discordâncias e concordâncias, debates e controvérsias. Sem esse movimento crítico, a obra de Freire ficará na história da Pedagogia, provavelmente no repertório de alguns eruditos e no repositório de certos militantes políticos e sociais, mas dificilmente será leitura ativa por parte dos educadores profissionais e de quantos pesquisam os problemas da educação presente e futura.

O ato de continuar a estudar e a debater Freire, seguindo as suas próprias reflexões sobre o que é estudar, é, afinal, o único ato que o pode libertar da lei da morte, isto é, do esquecimento.

Referências

BEISIEGEL, C. R. *Política e educação popular. A teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.

CORTESÃO, L. Prefácio à edição portuguesa. In: FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Porto: Edições Afrontamento, 2018. p. 5-11.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, A. M. A. *Paulo Freire: uma história de vida*. Indaiatuba: Villa das Letras, 2006.

FREIRE, P. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. São Paulo: Paz e Terra, 2001a.

FREIRE, P. *Educação e atualidade brasileira*. São Paulo: Cortez, 2001b.

FREIRE, P. *Pedagogia da indignação*. Cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, P. *Política e educação*. São Paulo: Cortez, 1997a.

FREIRE, P. *Pedagogia da esperança*. Um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1997b.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. *Cartas a Cristina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

FREIRE, P. *A educação na cidade*. São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, P. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, C. R. (org.). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 34-41.

FREIRE, P. *Cartas à Guiné-Bissau*. Registros de uma experiência em processo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GADOTTI, M. (org.). *Paulo Freire: uma biobibliografia*. São Paulo: Cortez, 1996.

GADOTTI, M.; CARNOY, M. (orgs.). *Reinventando Freire*. São Paulo: Instituto Paulo Freire e Lemann Center, 2018.

GIDDENS, A. *Dualidade da estrutura*. Agência e estrutura. Oeiras: Celta, 2000.

HADADD, S. *O educador: um perfil de Paulo Freire*. São Paulo: Todavia, 2019.

LIMA, L. C. *Organização escolar e democracia radical*. Paulo Freire e a governação democrática da escola pública. São Paulo: Cortez, 2013.

LIMA, L. C. Três razões para estudar Freire hoje, para além da mais óbvia. In: GADOTTI, M.; CARNOY, M. (orgs.). *Reinventando Freire*. São Paulo: Instituto Paulo Freire e Lemann Center, 2018. p. 29-36.

O'CADIZ, M. P.; WONG, P. L.; TORRES, C. *Education and democracy*. Paulo Freire, social movements, and educational reform in São Paulo. Boulder: Westview Press, 1998.

ROMÃO, J. E. *Contextualização: Paulo Freire e o pacto populista*. In: FREIRE, P. *Educação e atualidade brasileira*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 13-18.

ROSAS, P. Depoimento I. Recife: cultura e participação (1950-64). *In*: FREIRE, P. *Educação e atualidade brasileira*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 49-75.

SOUZA, J. F. *Uma pedagogia da revolução*. A contribuição do governo Arraes (1960-1964) à reinvenção da educação brasileira. São Paulo: Cortez Editora, 1987.

STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (orgs.). *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

TORRES, C. A. A pedagogia política de Paulo Freire. *In*: APPLE, M. W.; NÓVOA, A. (orgs.). *Paulo Freire: política e pedagogia*. Porto: Porto Editora, 1998. p. 151-165.